

Da luta por moradia às margens da cidade: formação, representação e narrativas de um bairro da periferia de Fortaleza.

Wanderson Lucas Souza Silva¹

Resumo: No presente artigo proponho uma cartografia da formação de um bairro da periferia de Fortaleza, no intuito de rastrear representações e narrativas que contribuem, no presente, em dinâmicas que posicionam o bairro nas “margens” da cidade. Destaco a pista metodológica de Telles (2013), de forma que recuperar, em parte, a história urbana, possibilita localizar questões contemporâneas. Delimito, assim, o Bairro Planalto Pici, que compõe a Regional 11, situado no território 36 na divisão geográfica institucional de Fortaleza, como campo desta pesquisa. O bairro é conquista coletiva de ocupações urbanas no início da década de 1990; porém, sua formação é influenciada por usos e processos que antecedem a construção do lugar, de modo que esse passado do território se apresenta na produção de representações. Para esse movimento analítico, portanto, mobilizo a cartografia como perspectiva metodológica. Do ponto de vista teórico, a questão de pesquisa condiciona um oportuno movimento de mobilização da tradição que Barreira (2007) chama de “Sociologia dos bairros”. A escolha pelo referido bairro como campo de pesquisa é influenciada por questões que perpassam dimensões teóricas, pessoais e políticas. Nasci e cresci no Planalto Pici, território que me possibilitou as primeiras experiências numa dimensão coletiva do fazer político, tendo em vista que foi nesse mesmo chão que me deparei com as desigualdades, de toda ordem, vivenciadas no cotidiano do bairro.

Palavras-chave: Margem, bairro, urbano.

Introdução

No presente artigo proponho uma cartografia da formação de um bairro da periferia de Fortaleza a fim de rastrear representações e narrativas que contribuem, no presente, em dinâmicas que posicionam tal bairro nas “margens” da cidade. A categoria de *margens* possibilita apreender questões da gestão e governo dos espaços e sujeitos que conformam as periferias da cidade, sendo esta noção compreendida não como o que escapa do Estado, mas sim “[...] donde el estado está constantemente volviendo a fundar sus modos de instituir el orden y de legislar” (DAS; POOLE, 2008, p.10). Destaco, para tanto, a pista metodológica de Telles (2013) quando afirma que recuperar, em parte, a história urbana possibilita localizar questões contemporâneas.

Delimito o Bairro Planalto Pici, que compõe a Regional 11, estando situado no território 36 na divisão geográfica institucional de Fortaleza, como campo da presente pesquisa. O bairro apresenta-se como lócus privilegiado para a investigação, localizado

¹ Licenciando em Sociologia na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), em Redenção/Ceará. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Bacharel em Humanidades na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), em Redenção/Ceará. E-mail: lucassktrap@gmail.com

na periferia urbana de Fortaleza, ocupando o 100º lugar no Índice (Com 0,21) de Desenvolvimento Humano por Bairro, numa lista com 119 bairros². O citado indicador, até raso do ponto de vista sociológico, soma-se a outros aspectos que legam para o bairro um contexto de estigma territorial, nos dizeres de Wacquant (2006), no cenário das dinâmicas urbanas da cidade, constantemente associados à criminalidade em veículos de comunicação de cunho policialesco, por exemplo.

O bairro é conquista coletiva de ocupações urbanas no início da década de 1990. Porém, a formação é influenciada por usos e processos que antecedem a construção do próprio bairro, de modo que esse passado do território apresenta-se na produção de suas representações no cenário urbano de Fortaleza. Dessa maneira, proponho rastrear as *narrativas*, que flutuam entre passado e presente do bairro, de modo que essa noção pode ser compreendida como “[...] o conjunto de discursos, imagens e representações que visam a apresentar a cidade e situá-la no tempo”. (BARREIRA, 2007, p.166). Por meio das narrativas, portanto, é possível desenhar o cenário da formação do bairro e o colocar em relação às transformações e tensões da cidade.

Para esse movimento analítico mobilizo a cartografia como perspectiva metodológica, sendo o objetivo dessa “[...] desenhar a rede de forças à qual o objeto ou fenômeno em questão se encontra conectado, dando conta de suas modulações e de seu movimento permanente” (BARROS, KASTRUP, 2020, p.52). Do ponto de vista teórico, a questão de pesquisa condiciona um oportuno movimento de mobilização da tradição que Barreira (2007) chama de “Sociologia dos bairros”, onde o bairro é compreendido “[...] como lugar expressivo de práticas sociais, permite ultrapassar a lógica linear de certas generalizações, atentando para situações mais densas e contraditórias vivenciadas no cotidiano da cidade.” (BARREIRA, 2007, p. 166).

O texto está estruturado em quatro tópicos. No primeiro, “Algumas considerações sobre o Planalto Pici nas dinâmicas atuais de produção e gestão da cidade”, apresento o bairro no contexto de transformações da cidade, a fim de situar algumas questões que caracterizam a condição de margem. No segundo tópico, “Aspectos da ocupação e formação do Planalto Pici”, preconizo apresentar um conjunto de narrativas da formação do Planalto Pici a partir daqueles que ousaram ocupar e lutar pelo direito à terra urbana.

² Estudo de Desenvolvimento Humano por bairro em Fortaleza (2014). O cálculo assume como parâmetro, três áreas: Saúde, educação e renda. O resultado é medido na escala 0(baixo) a 1(alto), onde a proximidade desses polos aponta o grau de desenvolvimento humano.

Em seguida, em “Algumas questões sobre a dimensão histórica da terra urbana e as representações do Planalto Pici na dinâmica da cidade”, resgato uma dimensão histórica da terra urbana que foi ocupada, movimento que possibilita rastrear narrativas e representações do bairro no cenário da cidade de Fortaleza. E por último, no tópico “Considerações sobre a gestão das margens de Fortaleza”, proponho uma discussão sobre a noção de margem proposta por Das e Poole(2008) como possibilidade de leitura de reflexão teórica das exposições do campo nos tópicos anteriores.

A escolha por esse bairro como campo de pesquisa é influenciada por questões que perpassam dimensões teóricas, pessoais e políticas. Nasci e cresci no Planalto Pici, território que me possibilitou as primeiras experiências numa dimensão coletiva do fazer político, tendo em vista que foi nesse mesmo chão que me deparei com as desigualdades, de toda ordem, vivenciada no cotidiano do bairro. No processo de formação enquanto sociólogo, me deparei com a urgência de somar-se nos debates que deslocam o lugar do pesquisador nas periferias do Brasil, assumindo a condição de morador-pesquisador, pensando questões do urbano que expressa-se no chão do Planalto Pici. Destaca-se que a presente pesquisa é produto de uma presença em campo, enquanto pesquisa, de quatro anos, somando-se a outros trabalhos já produzidos.

1. Algumas considerações sobre o Planalto Pici nas dinâmicas atuais de produção e gestão da cidade.

A cidade de Fortaleza, notadamente na última década, tem vivenciado reconfigurações urbanas sem referências anteriores, característica das cidades contemporâneas, segundo Fortuna (2009). O caráter de uma cidade em crescimento, expresso nos mais diversos segmentos³, possibilitou mudanças e inserções de novos fenômenos nas dinâmicas urbanas⁴, acentuando, em certa medida, conflitos produzidos na dimensão das desigualdades, também elaborando outras tensões, que assumem novas configurações, atores e interesses, que passam a atravessar as formas (tal como estratégias de gestão da cidade). É nesse cenário que se apresenta a popularmente chamada “guerra

³ A capital concluiu o ano de 2020 com o maior Produto Interno Bruto (PIB) do Nordeste e o 9º maior do Brasil (G1,2020). No ano de 2018, Fortaleza foi a capital com maior crescimento populacional na região, sendo a segunda maior população, ficando atrás de Salvador (OPOVO, 2019).

⁴ Fenômenos estes ligados às tensões, conflitos violentos e transformações urbanas, figuram como problemas de pesquisa em considerável número de trabalhos e encontros sociológicos nos últimos anos, produzidos por laboratórios e grupos de estudos das universidades públicas, como Ciências sociais e Cidade (CSC - UECE), Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Conflitualidade e Violência (COVIO - UECE) e do Laboratório de Estudos da Violência (LEV - UFC).

de facções”⁵, produzida pelo fenômeno da mudança no modo de fazer crime (PAIVA, 2019) na cidade de Fortaleza. Tais dinâmicas e conflitos não figuram como questão do presente artigo, mas compõem, de forma significativa, as tramas de poder que produzem a cidade e suas margens.

Ressalto, nesse contexto de transformações, a dimensão da produção urbana, no sentido da infraestrutura, em bairros que compõe as margens da cidade. O Planalto Pici é atravessado por esses processo, ao passo que é cenário de tensões entre agentes que disputam o controle de espaços e sujeitos: por exemplo, o bairro é atravessado por transformações com a inserção de equipamentos, públicos e privados⁶. Chamo atenção para o fato de que o Planalto Pici, junto a outras periferias, tem assistido a produção de políticas públicas ligada à dimensão do esporte, lazer e arte, como “Areninhas” e “Centros Urbanos de Arte, Ciência e Esportes”, os chamados CUCAS.

Em outra dimensão, esses bairros tem sido palco de novas estratégias da segurança e policiamento, como *as células de proteção comunitária* que consistem em torres de videomonitoramento, conduzidas pela guarda municipal. Sem se deter às problemáticas e sentidos das torres enquanto produto dos modos em que a cidade tem sido estruturada, vale evidenciar que dos cinco bairros onde funciona o equipamento Cuca - Barra do Ceará, Jangurussu, José Walter, Mondubim e Planalto Pici -, em quatro operam as células comunitárias.

No caso do Planalto Pici, em 2018, foi instalada uma unidade integrada de segurança (UNISEG)⁷, que consistiu na alocação de uma companhia da polícia militar com ampliação do efetivo policial (60 para 267, no período de inauguração da unidade), somando-se à aquisição de veículos e de uma base móvel da PM. A UNISEG 15 que está

⁵ Vale salientar, com base em Maciel(2022), que a nomeada “guerra de facções” emergem em um cenário de acionamento de uma linguagem bélica, mobilizada para interpretar as transformações nas dinâmicas da cidade e da violência, sobretudo o aumento dos homicídios. O termo é acionado para nomear e abarcar as complexificações que são constantemente associado a atuação de coletivos criminais armados nas dinâmicas do crime na cidade. Observa-se que o termo é operado de distintos modos, assentado em interesses e para finalidades calculadas nos jogos do poder, de modo que simplifica os fenômenos produzidos na cidade, desconsiderando (pode-se ler ocultando) parte considerável de outros agentes que compõe o que vem sendo chamado de “guerra de facções”. Beneficiando, assim, um incremento de discursos, investimento e esforços por parte de setores da sociedade e do Estado, para “combater” essa “guerra”.

⁶ Destaca-se os investimentos privados em estruturas para o consumo, como shoppings e supermercados nas proximidades do bairro, alterando de forma significativa as sociabilidades.

⁷ Acessado em:< <https://www.ufc.br/noticias/noticias-de-2018/11336-unidade-integrada-de-seguranca-do-pici-e-instalada>>.

instalada no Planalto Pici atua em mais 6 bairros: Bom sucesso, João XXIII, Jóquei Clube, Henrique Jorge, Autran Nunes e Dom Lustosa. É possível identificar o processo de mudanças e redefinições dos modos como o Estado - nesse caso, através de políticas públicas e equipamentos - atua nos bairros que formam a margem da cidade. À proporção que são produzidos equipamentos e infraestruturas são também fabricadas novas formas de controle e vigilância.

As tecnologias digitais também perpassam as transformações urbanas caracterizadas, sobretudo, no bojo do controle e da vigilância. No dia 29 de Junho de 2022, o prefeito de Fortaleza José Sarto (PDT) anunciou a composição da Central de Gestão Integrada de Videomonitoramento de Fortaleza (CGIVFOR)⁸. O projeto, segundo a matéria disponibilizada no *site* da prefeitura, recebe recursos do banco de desenvolvimento da América Latina (CAF) cujo montante é da faixa de 22,2 Milhões. Interessa, para o presente trabalho, situar essa informação pois o Planalto Pici⁹ compreende os bairros que são monitorados pela central. O programa reflete a gestação de novas técnicas de gerenciamento e vigilância do espaço urbano.

Os elementos apresentados, de forma geral, figuram como aspectos das dinâmicas de gestão e produção do urbano em Fortaleza. Salienta-se o foco em situar o lugar do Planalto Pici nesses processos, caracterizando-o como um campo onde manifestam-se os modos de gestão e produção da cidade. Para adensar tal debate, busco cartografar alguns aspectos da formação do Planalto Pici a partir das narrativas e representações que são produzidas do bairro e que, conseqüentemente, sustentam e reconfiguram a condição de “margem”.

2. Aspectos da ocupação e formação do Planalto Pici

Na entrada em campo, desloco-me da posição de morador que pressupõe um conjunto de conhecimentos prévios, modos de andar e caminhos já conhecidos e assumo o bairro como efetivamente terreno de pesquisa. Mas não como quem busca um distanciamento dos sujeitos e espaços já conhecidos e sim como um aprendiz-cartógrafo,

⁸ Acessado em:< <https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/fortaleza-cidade-inteligente-prefeitura-anuncia-central-integra-da-e-politica-publica-de-videomonitoramento>>

⁹ É interessante situar a posicionamento dessa câmera, que se localiza frente à entrada do campus do Pici, que historicamente, discrimina moradores do bairro, impossibilitando a entrada no campus, caracterizando um espaço de fronteira. As tecnologias digitais, também são utilizadas pelo grupos armados, principalmente para identificar e propagar, por meio de grupos nas redes sociais, sujeitos que não podem transitar no bairro.

alguém que se engaja na multiplicidade das dinâmicas andantes que emergem nas ruas, com uma *receptividade afetiva*, permitindo ser afetado pelas dinâmicas do bairro, negando qualquer finalidade antemão determinada. (ALVAREZ, PASSOS, 2020). Junto à receptividade afetiva, mobilizo a noção de atenção flutuante compreendendo que essa “[...] explora cuidadosamente o que lhe afeta sem produzir compreensão ou ação imediata. Tais explorações mobilizam a memória e a imaginação, o passado e o futuro numa mistura difícil de discernir”. (KASTRUP, 2020, p.40).

O processo de formação do Planalto Pici relaciona-se, de forma íntima, com o cenário de crise habitacional de Fortaleza, vide o crescimento demográfico constante. Silva (1992) vai identificar que à medida que a cidade se efetiva como centro econômico do Ceará e passa a integrar-se a outras cidades, estados e regiões, por meio de rodovias e ferrovias, torna-se um ponto para migração. O autor aponta que:

A partir da década de 30, Fortaleza acusa um crescimento demográfico elevado da sua área urbana. Contudo, a expansão da cidade a partir do aumento da população não gerou ampliação relativa a infraestrutura urbana, tais como calçamento, energia elétrica, água encanada, redes de esgoto, transportes coletivos, etc. Esse “crescimento” de forma espontânea e desornada deu lugar a aglomerações de edificações precárias na periferia da cidade. (SILVA, 1992, p. 29).

Conforme a cidade cresce, as contradições e conflitos em torno do acesso à terra urbana e a infraestrutura intensificam-se. O processo de ocupação e formação do Planalto Pici desenvolve-se num contexto que Silva (1992) identifica como uma crise habitacional em Fortaleza e de acirramento de lutas pela terra, sobretudo, a partir da década de 1980, caracterizado por ocupações em massa de lotes vazios.

No objetivo de compreender questões importantes do contexto de ocupação e formação do bairro, conversei com um dos moradores mais antigos do lugar, B¹⁰, conhecido por ter sido o primeiro a ter energia elétrica em casa. O diálogo desenrolou-se durante algumas semanas sobre temas, acontecimentos e histórias que envolvem o bairro. Por vezes, eram acionadas diversas memórias do período de invasão. Em uma das oportunidades, questionei se ele conhecia o território antes da ocupação que teve início no começo de 1990. O entrevistado comentou que algumas famílias, a bastante tempo, moravam em barracos, porém, eram poucos e, segundo ele, não tinham força para formar o “bairro”. (Diário de campo, Janeiro de 2022). Sampaio (2007), em um dos poucos

¹⁰ No presente trabalho, com responsabilidade a preservação, em todas as dimensões dos interlocutores, tendo vista algumas falas que podem demonstra-se delicada no contexto das dinâmicas de conflito no bairro, utilizaremos apenas a letra do primeiro nome.

registros escritos sobre a população que ocupava o território antes da década de 1990, comenta que, desde a década de 1960, algumas comunidades com poucas famílias já vinham sendo formadas, como a “entrada da lua” e a “Favela da Fumaça”, que passou a compor o bairro com a conquista da terra após a ocupação.

Tecendo a caracterização do cenário de ocupação, indico que a medida em que fui conversando com moradores sobre tais períodos de apropriação do espaço foram sendo tecidas explicações sobre quais usos eram feitos do lote no passado, que na segunda guerra mundial foi utilizado como base área estadunidense. Esse dado histórico figura nas representações do bairro, discussão que voltaremos mais à frente. A questão que se coloca é de que a base desativada, por décadas, foi ocupado por diferentes usos que foram pautados e tensionados na defesa pela terra urbana.

A base desativada, assim, foi caracterizada por B, no contexto da década de 80, como um grande terreno, com vários campos de futebol, onde ocorriam campeonatos amadores organizados pelos moradores de bairros vizinhos. Os campos de futebol ficavam nas proximidades do Campus do Pici, de modo que outra parte da terra era utilizada pela Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE) e, também, pelo Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS). Na década de 1970, importante destacar, foi ali construído o Centro Social Urbano Dr. Cesar Cals, onde - na atualidade - encontra-se o CUCA.

Mesmo com essas instalações, o lote era cercado por um mato alto que fazia com que os moradores dos bairros vizinhos tivessem de se deslocar por corredores de terra para acessar outros pontos da cidade, tendo em vista que o bairro está posicionado entre três (3) avenidas da cidade¹¹. Esse deslocamento era feito pelos moradores de bairros como: Panamericano, Henrique Jorge e Antônio Bezerra. De modo que desde a formação do bairro, este figurou como local de passagem, com ruas que dão acesso às avenidas.

Seu R, ex-morador do bairro Panamericano, numa conversa na calçada da minha casa, comentou que a maioria dos moradores vinha dos bairros vizinhos, sobretudo, dos que foram citados acima. Seu R, colocando-se como exemplo, comenta que muitos que ocuparam o espaço moravam em casas precárias nesses outros bairros ou estavam com aluguel atrasado. Essa caracterização das condições desiguais no acesso à moradia perpassa também a história de várias famílias do lugar, incluindo a minha, que o ocupou como possibilidade de moradia digna.

¹¹ Avenida Perimetral, José Bastos e Carneiro de Mendonça.

No início da década de 1990, com o acirramento das lutas por moradia em toda cidade e a crise habitacional, a ocupação nasce com um caráter de massa, com a participação de 5.000 pessoas. Dona N, que também foi ocupante, conta que chegou sem saber de muita coisa, nas palavras dela:

Morava de aluguel no Panamericano, perto da sua vó e só via o povo indo pra base, dizendo que tinha invadido. Era tanta gente que precisava, que em poucos dias, já estava tudo cheio, o povo que formou a associação que se colocaram a frente, mas se não tivesse tanta gente, acho que não tinha conseguido. (Dona N, diário de campo, 2022).

Duas dimensões importantes apresentam-se na fala de Dona N: a primeira indica que um grupo de pessoas estava como referência desde do início da ocupação e que, mais à frente, formariam a associação. O segundo ponto que destaco diz respeito ao deslocamento considerável de moradores dos bairros vizinhos como possibilidade de acesso à moradia própria.

O processo narrado até aqui assemelha-se a outras ocupações na cidade que ocorreram nesse contexto do início da década de 1990. Silva (1992) comenta que “hoje, como são frequentes as ‘ocupações’, essas já ocorrem em massa, ou seja, várias famílias se instalam simultaneamente” (SILVA, 1992, p.65). Esse movimento, no caso aqui estudado, foi produzido por agentes e sujeitos diversos.

Nas trocas e andanças foram tecendo-se referências aos agentes presentes em termos de coletivos, agrupamentos e sujeitos, na luta pela terra urbana e pelo direito à moradia. Mobilizo, no sentido analítico, a noção de *força*: aquilo que é compreendido nas dinâmicas de relações de poder, sendo caracterizada por sua função produtiva e seu caráter operatório e heterogêneo, de modo que não está restrito ao Estado, mas é mobilizado por diferentes sujeitos por meio de estratégias e técnicas (DELEUZE, 2017). É notável que alguns atores figuraram como espécie de referência organizativa da ocupação. Nesse sentido, torna-se interessante situar, de forma geral, o cenário de sujeitos e atores que estavam presentes na ocupação.

A Associação de Moradores emerge nas conversas como instrumento organizativo da luta no período da ocupação. Identificando esse papel, fui até o espaço físico da associação, que está no mesmo local a mais de duas décadas, a fim de rastrear memórias da ocupação presentes no espaço e, conseqüentemente, as representações que a associação produz do bairro.

Cheguei na associação com a memória fervilhando, na infância frequentava-a constantemente para acessar atividades de esporte e cultura que eram, e ainda são,

ofertadas: como capoeira, danças e karatê. Contudo, dessa vez, estava com inquietações distintas de outros momentos. No intuito de afetar-me, busquei rastrear narrativas, expressas por diferentes registros, da luta pela conquista da terra e formação do bairro. A associação, no seu nome, homenageia uma das principais lideranças da ocupação, *Toinha*¹². Os moradores antigos com os quais conversei (e, nesse caso, incluo alguns parentes que participaram ativamente da luta pela terra) referenciam Toinha como um pilar organizativo, tendo em vista que ela fazia a mediação nas negociações. O reconhecimento da importância de Toinha é eternizado no nome do instrumento de luta que ela se empenhou em construir: a “Associação dos Moradores Toinha do Pici”.

No momento que estava na associação ocorria uma aula de capoeira com crianças, do grupo “Terreiro Capoeira”, que está no bairro a mais de 20 anos. Assisti um pouco e permiti-me continuar a envolver-me com outros espaços da associação¹³ na medida em que memórias e questões iam emergindo. Na sala mais esquecida do espaço, um *banner*, ilustrado no anexo 1, me chamou atenção: ele representava um conjunto de fotos de mulheres na luta pelo direito à moradia.

Figura 1- A Luta das Mulheres pela Construção do Planalto Pici



Fonte: Acervo Pessoal, 2022.

¹² Não utilizamos apenas a inicial nesse caso, por a moradora, já falecida, ser um símbolo da luta pelo o bairro e está eternizada no nome da associação.

¹³ Associação é um espaço com duas salas grandes, onde ocorrem atividades como capoeira e reuniões de grupos, como Alcoólicos Anônimos (AA) e Narcóticos Anônimos (NA), porém múltiplas já foram as atividades desenvolvidas no local, em torno de esporte e cultura. Para além da duas salas, o local tem um sala menor que é utilizado para guardar objetos e uma cozinha.

O mencionado *banner* registra importantes momentos da formação do bairro, atores e um marco histórico, o de 16 de julho de 1990. Junto a Toinha, registrada nas fotos individuais, outras mulheres, em sua maioria das periferias vizinhas, estiveram à frente na conquista da terra e junto a isso também foram responsáveis pelas negociações dos terrenos, tendo em vista, como foi relatado por diversos interlocutores, que esse processo gerava muitos conflitos.

Um outro conjunto de agentes presente no território, antes mesmo da invasão em 1990, são os grupos ligados à igreja católica que desde de 1980 atuavam na Favela da Fumaça e Entrada da Lua, onde foram construídos os primeiros barracos, décadas antes da ocupação, como já mencionamos acima. Sobre esse contexto, Silva comenta que:

A igreja tem tido um papel fundamental nesse processo de conscientização e preparação das comunidades para participação e mobilização popular. Com a criação das CEB(s) (Comunidade Eclesial de Base), a partir da década de 70, os movimentos sociais religiosos assumem um papel de destaque. [...] Um dos grandes objetivos das CEB(s) é gerar formas de vida social que possibilitem aos habitantes de um ou vários bairros, ou mesmo cidades, decidir autonomamente suas condições de existência. (SILVA, 1992, p.113-114).

No contexto do Planalto Pici, destaca-se o *Espaço Cultural Frei Tito de Alencar* (ESCUTA, que chegou na favela da fumaça e na entrada da lua, na década de 1980, junto com os missionários cristãos e da CEBS. O ESCUTA atua até hoje no bairro com um espaço físico na Favela da Fumaça. Ali são desenvolvidas atividades culturais pautadas na teologia da libertação e na educação popular.

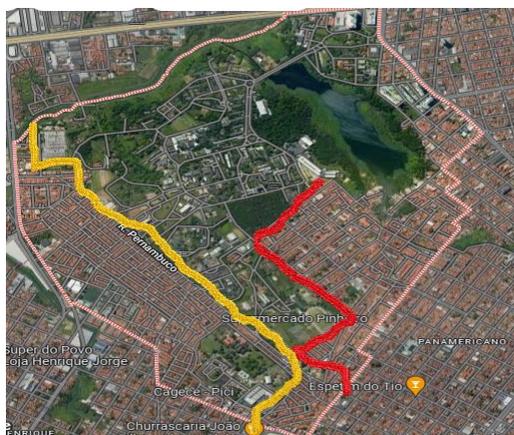
Ainda no processo de rastreio de narrativas sobre a formação do bairro, localizei um dos registros escritos que tinham como objetivo contar a história do bairro. O texto foi escrito pelo ESCUTA, em 1998, na década inicial de construção do bairro. Sampaio (2007) narra o processo de formação do Planalto Pici desde a chegada dos primeiros moradores que formaram a favela da fumaça e a entrada da lua. “A história do Pici” (SAMPAIO, 2007), o texto do ESCUTA, expõe um olhar a partir de militantes da luta popular que acompanharam e estiveram na construção do bairro. Seu R e B também citaram a presença de religiosos ligados à Assembleia de Deus nesse processo de negociação e mobilização da luta pelo acesso à terra.

Com a indicação de alguns agentes, e da caracterização do cenário do período da ocupação, é possível esboçar que a luta por moradia travada está ligada à forte presença e organização das mulheres das periferias vizinhas, pois viram na ocupação uma possibilidade de garantir uma moradia digna e concretamente possível, considerando a crise habitacional na capital. Situa-se, também, as comunidades que já estavam no

território desde a década de 1960 e com elas as organizações ligadas à militância popular católica. Esses coletivos e agrupamentos exerceram um papel de mobilização e organização, construindo instrumentos e espaços plurais de luta, como o ESCUTA e a associação.

Os moradores conquistaram a terra - que institucionalmente é reconhecida como cedida pelo Governo Federal - no final de 1990, com a participação de Ciro Gomes enquanto principal figura de representação do Estado nas negociações. A ocupação que formou o Planalto Pici tomou lugar em uma parcela dos lotes do PICI, de modo que teve outras ocupações, anteriores e posteriores à do bairro aqui estudado, com outras dinâmicas e atores, que formaram a “Favela do Papoco” e o “Riacho Doce”. Faz-se necessário esclarecer que, no entendimento institucional, toda a parcela de terra que foi ocupada figura como “PICI”; porém, os bairros apresentam dinâmicas diferentes e são separados pelo Campus do Pici, de modo que os moradores não o reconhecem como o mesmo bairro. Sendo assim, o campo da pesquisa debruça-se sobre o Planalto Pici, que é compreendido como o bairro formado na ocupação da década de 1990 e que é composto pelas subáreas ocupadas anteriormente: “Favela da Fumaça” e “Entrada da Lua”. No anexo, apresentarei tais divisões geográficas.

Localização Geográfica



**Figura 2-
do PICI**

Fonte: Google Maps, 2022.

Com o auxílio da imagem de satélite é possível perceber a dimensão espacial do Pici. Destaca-se que o Pici é formado por bairros, territórios e subáreas que não figuram na divisão espacial institucional. A linha em amarelo acompanha o muro da Universidade Federal do Ceará que delimita o Planalto Pici, campo da pesquisa. O restante do espaço do Pici foi sendo formado por outras dinâmicas e em períodos diferentes, como também

não compõe as representações tecidas sobre o bairro Planalto Pici. A linha em vermelho na margem direita da UFC é formada pelo bairro Riacho Doce e pela Favela do Papoco, áreas que aparecem no mapa como pertencentes ao Planalto Pici foram sendo incluídas nas dinâmicas do bairro vizinho, o Panamericano.

A questão que se coloca é que o PICI não corresponde a um território homogêneo como é proposto pela divisão geográfica da cidade. A terra urbana foi sendo ocupada por diferentes formas que condicionou a construir diversos territórios. O Planalto Pici, campo do presente trabalho, compõe uma parcela dessa terra, com dinâmicas e representações próprias no cenário da cidade. Delimitar o campo perpassa por compreender que suas fronteiras não são fixas, são lugares, então, produzidos por redefinições constantes. Contudo, faz-se necessário compreender a existência de características significativa que diferenciam os bairros, como formação, pertencimento, agrupamentos coletivos e representações.

Essas divisões foram melhor delimitadas ao serem pautadas na compreensão e identificação dos moradores sob o contexto do processo de regularização fundiária que se iniciou em 2005, possibilitado pela implementação das Zonas Espaciais de Interesse Social (ZEIS) Pici, que cobriu 4 assentamentos precários que compõe o bairro: Futuro Melhor, Fumaça, Entrada da Lua, Conjunto Planalto Pici.

O movimento de contextualização da ocupação e formação do bairro é perpassado por representações que são feitas deste nas dinâmicas da cidade. As formas como o bairro emerge nas narrativas, sejam ela dos moradores, institucional ou de sujeitos externos ao bairro, aciona uma dimensão histórica do espaço e a relação desse com a cidade.

Nesse sentido, no próximo tópico, buscaremos explicitar narrativas, de ordens diversas, que mobilizem as representações associadas ao bairro e que estão assentadas na dimensão histórica do espaço, onde este foi concretamente construído. Esse movimento possibilita apreender como o bairro e seu espaço emerge nas dinâmicas e transformações da cidade.

3. Algumas questões sobre a dimensão histórica da terra urbana e as representações do Planalto Pici na dinâmica da cidade

Uma pesquisa rápida sobre o Planalto Pici, no *Google*, indica algumas representações sobre o bairro. Os primeiros *sites* são de jornalismo policial, noticiando

homicídios, outros são de estabelecimentos do bairro. Entre esses, aparecem algumas reportagens sobre a antiga base aérea Americana, construída na segunda guerra mundial. O uso da terra urbana, anterior a formação do bairro, é acionado para construção de narrativas sobre o Planalto Pici e, em certa medida, compõe as imagens que são relacionadas ao bairro nas dinâmicas da cidade.

As narrativas produzidas em torno do bairro não se orientam por uma lógica linear da história, mas pelos interesses e posição, nas relações de poder, a partir de quem fala. Proponho um movimento de rastreamento das narrativas sobre o bairro e os usos feitos da terra urbana anterior a sua formação, considerando que essas dimensões se misturam nas representações que são construídas. Essa reflexão perpassa, também, as transformações e a forma que Fortaleza está sendo produzida.

Nesse exercício de rastrear narrativas a fim de contextualizar o processo de formação do bairro, tive a oportunidade de conversar com um interlocutor, que diferente da maioria que tinha dialogado até o momento, era um jovem, filho de uma ocupante da década de 1990, identificado na pesquisa por A. Demonstrando essa relação não linear entre o bairro e a dimensão histórica da terra urbana onde este foi construído, A comentou que “a ocupação deu certo porque o Estado não tinha muito o que fazer aqui, já tinha tido a Base ‘nas antiga’, era só mato mesmo. Os ‘rico’ que não ia querer vim pra cá, só veio nós que já era favelado”. (Diário de campo, Fevereiro de 2022). Na sua fala, A levanta aspectos sobre a produção da cidade e a desigualdade no acesso à terra urbana, possibilitando perceber como a dimensão histórica anterior ao bairro ainda reflete em como este figura no cenário da cidade.

As bases aéreas e pistas de pouso, em Fortaleza, passaram a funcionar com uma infraestrutura mais completa no final da década de 1930, com a presença dos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial, vale salientar essa presença em outras cidades do Norte e Nordeste do Brasil, como apresenta Maciel (2010). O autor comenta que “a localização das bases nessas regiões tinha uma função co-militar, pois deveriam servir de pontos de apoio às ‘nações amigas’” (MACIEL, 2010, p. 60). A presença Americana, para além de uma intervenção na infraestrutura e equipamentos da cidade, delineou transformações na dinâmica urbana, produzindo deslocamentos de moradores e desapropriação de terra (MACIEL, 2010).

O território que hoje constitui o Planalto Pici e outros bairros vizinhos foi cenário da construção da *Base do Pici* em 1941 (MACIEL, 2010). A base teve um curto período de atividade, sendo desativada em 1942. O argumento era de que:

A sua localização inicial apresentava problemas para as atividades de pouso e decolagens das aeronaves, uma vez que os fortes ventos e a posição da pista não favoreciam a aterrissagem dos grandes aviões bombardeiros com destino África. (MACIEL, 2010, p.10).

Ao passo em que é possível identificar um esforço político-militar norte-americano como um condicionante da produção de espaços na cidade, nota-se que as primeiras décadas do século XX em Fortaleza foram marcadas pela influência, iniciada no século anterior, de um urbanismo alicerçado no saber médico como forma de ordenamento e organização da cidade. (COSTA, 2017). A experiência francesa de organização urbana, operada sob a lógica de higienização, ordenamento e controle do espaço urbano assentada no discurso médico, foi aplicada como modelo no planejamento e gestão da cidade, sobretudo com inspiração nas reformas do Barão de Haussmann. (COSTA, 2017; MACIEL, 2010).

Esse movimento de caracterização da produção urbana, possibilita perceber as influências exteriores na formação da cidade. A presença Estadunidense que, como já mencionado, alterou significativamente a dinâmica espacial da cidade para além dos empreendimentos arquitetônicos produzidos e as desapropriações de terras e deslocamentos de famílias. (MACIEL, 2010). É possível identificar essa presença nos nomes de alguns bairros da cidade, como Jardim América e Panamericano.

Essa influência também afeta as representações sobre o bairro aqui estudado, de modo que a sigla PICI é costumeiramente ligada a uma hipótese de que o nome é produto da abreviatura da expressão “Post Command”, relacionado a base militar estadunidense, onde o “P” e o “C” seriam pronunciadas no Inglês como “PI” “CI”. Porém, essa ideia é negada pela narrativa histórica institucional da cidade, de modo que o nome do bairro vem do nome de sítios antigos, onde destaca-se o “Sítio Pici”, existente antes da base Aérea e de propriedade da família da escritora Rachel de Queiroz. (SALGUEIRO, 2014).

Dessa forma, a terra urbana onde o bairro foi construído é destaca por esses dois usos anteriores: os sítios e a base aérea. É em torno de ambos que se concentram as narrativas oficiais sobre o bairro “Pici” e sua formação, onde por vezes é desprezado a luta por terra urbana, como também, as concepções dos bairros e subáreas que compõe o Pici. Os sítios apresentam-se como uma importante dimensão do processo de transformação da cidade e constituição de suas periferias e, ainda, estes são evocados nas representações sobre o bairro.

Um dos materiais que considero como narrativa oficial sobre o bairro é o livro “PICI, dos velhos sítios a periferia” (2014), sendo este componente da coleção Pajeú,

produzida com o apoio da Secretaria Municipal de Cultura de Fortaleza (SECULTFOR). O livro é escrito por Pero Salgueiro, um escritor Cearense da região dos Inhamus, que escreveu livros de contos, crônicas e nesse livro atuou como memorialista, escrevendo sobre o Pici com base nas fontes oficiais da história da cidade. Destaco a forma que o bairro é descrito, logo de início, pelo autor: “Olhando superficialmente o bairro, com sua pobreza aparente, suas ruas irregulares, sua violência estampa frequentemente as páginas policiais”. (SALGUEIRO, 2014, p.10). O autor apresenta o bairro a partir de uma perspectiva desprivilegiada, evocando imagens de pobreza e criminalidade para caracterizar o bairro. A infraestrutura também é acionada como atributo que inferioriza o bairro, compondo narrativas que representa esse nas dinâmicas da cidade.

O caminho percorrido pelo o autor é de contar a história do Pici limitada à perspectiva da história oficial, centrada nas memórias das instalações que já estiveram ou estão no bairro, como a história da instalação do Campus do Pici, da base aérea e dos sítios. O autor também evoca a literatura que citava o Pici, no período da base aérea e dos sítios, como cenário dos escritos. Salgueiro (2014) apresenta a crônica “*A base aérea*”, de Maria Luzia de Queiroz, que podemos tomar como uma perspectiva das dinâmicas da base aérea e da intensificação da ocupação do território, do ponto de vista dos moradores dos sítios. O trecho seguinte expõe uma percepção das transformações urbanas que estavam germinando no território

O que nunca pude perdoar à guerra e aos americanos foi ter sido a base aérea causa do começo da decadência do Pici. Com eles lá, asfaltada a velha estrada da terra, instalada energia elétrica, as terras vizinhas foram ocupadas, e nelas bairros novos e desorganizados começaram a surgir. O baixo comércio de bodegas e botequins prosperou e o Pici acabou ficar encravado no meio daquela população oportunista e voraz. Pessoas estranhas entravam sem pedir licença e, nos fundos das terras, as cercas eram violadas, o arame cortado e roubado. Tiravam madeira da mata, entravam de noite para pescar no açude, pegavam frutas no pomar. Os mais atrevidos chegavam de foice no ombro, dizendo que precisavam de folhas de coqueiro para cobrir as casas que construía em terrenos desocupados. As queixas dos moradores não paravam, muitos deles aliados aos recém-chegados, servindo de guias, talvez na ideia de também construir a própria casa, ficando assim livres da servidão do morador. (SALGUEIRO, 2014, p.24, apud QUEIROZ, 1998).

A partir do relato acima é possível identificar que já na década de 1940 ecoavam conflitos em torno do acesso à terra onde futuramente seria formado o bairro, de modo que a Base alterou as dinâmicas da cidade que naquela região se caracterizavam pela moradia em sítios. Silva (1992) expõe como esse processo foi produzido pela migração e o crescimento econômico da cidade em relação a outros municípios do Estado. O texto de Queiroz (1998) sugere que essas transformações produzidas, sobretudo, pela Base

provocaram um declínio da região, onde podemos interpretar que a chegada dos migrantes desvalorizou a terra urbana no cenário da cidade.

Interessa para a presente pesquisa perceber como é feita uma relação de desvalorização da terra com a chegada da população pobre, classificados como “oportunistas” e “vorazes”. Essa relação também é sustentada no livro de Sampaio (2014), iniciando-se com uma apresentação do bairro na forma desprivilegiada, acionando uma narrativa nostálgica do passado, onde há o enaltecimento da memória do edificado, das instalações, em detrimento das lutas e dinâmicas dos moradores.

Recuperar a dimensão histórica do bairro e da terra urbana (sobretudo, seus usos) possibilita apreender como este figurou no cenário de crescimento da cidade. A desvalorização da terra urbana que perpassa o espaço após a desativação da Base Aérea, o que culmina num certo desprivilegio no cenário de acesso à terra urbana. Esse desprivilegio não é justificada pela localização, o que figura como característica de outras periferias de Fortaleza, tendo em vista que o bairro se situa entre diversas avenidas e não está distante do centro da cidade, com uma distância de 8 km.

O texto de Maria Luzia de Queiroz sugere uma certa degradação da terra com a chegada das populações pobres do interior, agentes que, paulatinamente, foram ocupando a terra. Por algum tempo, a presença de poucas famílias no território não alterou a relação da cidade com o espaço, tendo em vista que esse foi sendo utilizado, apenas, para instalações. Esse panorama possibilita identificar duas questões que orientam a relação do bairro com a cidade. A primeira concernente à desvalorização da terra com a ocupação gradativa pela população pobre da cidade, que se intensifica com a ocupação, de caráter de massa, que conquista o direito de moradia digna na década de 1990. A segunda, por seu turno, referente às narrativas que compõem a representação do bairro a partir das imagens de pobreza e criminalidade, afetando o acesso à infraestrutura urbana, de modo que essa é reforçada e reforça essas representações.

Para finalizar esse tópico, como recurso analítico-teórico, mobilizo uma entrevista conduzida por Foucault a F. Guattari e F. Fourquet, em 1973, publicada nos ditos e escritos “Segurança, Penalidade e Prisão. Vol. VIII”. Guattari (2012) afirma que *a cidade é a territorialização dos fluxos desterritorializados* (FOUCAULT, 2012). A noção de fluxos desterritorializados é operada por Félix Guattari de modo que os “fluxos desterritorializados constituem a cidade, fluxo de materiais suportes de fluxo desterritorializados, e a cidade reterritorializa os fluxos mais desterritorializados em uma

época dada: a legislação de Veneza na idade média impediu o capital de nascer”. (FOUCAULT, 2012, p.16).

Em outras palavras, a cidade é a regulação e gestão dos fluxos, que são constantemente reconfigurados pelo poder. É nessa dinâmica que o Planalto Pici, junto a outras periferias de Fortaleza que constituem a margem da cidade, é produzido e gerido. As representações também entram nesse cálculo, tendo em vista que a maneira que essas são produzidas, reflete os jogos de interesse e poder. A imagem de um bairro degradado possibilita a intervenção pautada no trânsito entre legalidade e ilegalidade, o que aciona tensões e resistência de agentes internos do bairro, sendo nesse movimento, que se redefine as formas de governar. Dessa forma, no último tópico, deslocamos o campo de pesquisa e seus produtos para um debate teórico sobre as margens urbanas.

4. Considerações sobre a gestão das margens de Fortaleza

Neste último tópico, reflito sobre a noção de “margem” e seus sentidos nas dinâmicas do urbano. A discussão apresenta-se como pilar fundamental para interpretar a relação entre o Planalto Pici e a cidade de Fortaleza, no bojo da produção e gestão. Das e Poole (2008) propõem a noção de margem como *implicações necessárias* do Estado, deslocando essa relação de uma posição dicotômica para uma compreensão de que as margens “[...] no están fuera del estado sino que, como los ríos, atraviesan todo su cuerpo”. (DAS; POOLE, 2008).

Nessa abordagem, o Estado é desnaturalizado enquanto uma *estrutura administrativa racional de organização política* que exerce os papéis de produção da ordem (DAS; POOLE, 2008). Isso implica numa oposição a tradições acadêmicas, sobretudo na antropologia, que produziu a imagem do Estado enquanto produtor da ordem, conseqüentemente, legando para as margens uma condição onde “son contemplados como lugares de desorden en los que el estado ha sido incapaz de imponer su orden”. (DAS; POOLE, 2008, p.7). Nas perspectivas anteriormente citadas, a margem é pensada, pela ausência de Estado, figurando como o outro, oposto ou externo, isto é, caracterizada como um lugar de desordem.

Ocupando esse espaço do provedor da ordem social, Das e Poole (2008), comentam que o Estado Moderno se constitui sob uma lógica de incompletude, apoiada em fundamentos filosóficos, que percebem este sob o risco, constante, de perder sua hegemonia enquanto *organização racional de governo*. De modo que a violência passa a ser monopolizada pelo Estado, que lega para si uma legitimidade, assentada no argumento

de manutenção da estrutura organizativa social *racional, burocrática e legítima*, sendo esta a caracterização weberiana do Estado moderno (DAS; POOLE, 2008).

Para pensar as margens apoiado na perspectiva proposta por Das e Polle (2008), portanto, é necessário deslocar o Estado do caráter estático no qual é constantemente pensado. No movimento reflexivo proposto, as margens apresentam-se não como o que escapa do Estado, mas sim “[...] donde el estado está constantemente volviendo a fundar sus modos de instituir el orden y de legislar” (DAS; POOLE, 2008, p.10). Nesse ponto de vista, o Estado transmuta entre as fronteiras do legal e ilegal, de modo que este movimento, constitui as funções e instituições do próprio Estado¹⁴.

Esse movimento de refundação do Estado nas margens é produzido pelo exercício de formas de autoridade e violência operado, também, por agentes que constituem um poder local, onde “representan al mismo tiempo la cada vez más desvanecida jurisdicción del estado y su continua refundación a través de su apropiación (no tan mítica) de la justicia privada y de la violencia.”. (DAS; POOLE, 2008, p.16). As fronteiras que conformam o Estado e suas margens são povoadas por diversos agentes que tensionam os modos de governar do Estado, redefinindo, assim, as formas de gerir a população e os espaços.

Sendo assim, no sentido proposto, a categoria margens é compreendida onde são produzidos e refeitos os modos de governar. A noção de governo aqui não está restrita e não se limita a uma prática de Estado, mas a um exercício que pressupõe o problema da população e os fenômenos ligado a ela (FOUCAULT,2008). Pensar as margens em diálogo com o debate sobre governo, na perspectiva foucaultiana¹⁵, amplia as possibilidades de interpretação das estratégias e interesses que constituem os regimes de mobilidades, questão do presente trabalho. Ordenar, controlar, vigiar e delimitar e

¹⁴ Para fundamentar essa leitura sobre o Estado, DAS e Polle(2008) dialogam com a noção de *exceção* do filósofo Giorgio Agamben, que compreende o estado de exceção como a forma permanente de governo do Estado moderno, onde é produzido esse movimento, constante, de redefinição das fronteiras da legalidade.

¹⁵ Foucault desnaturaliza o governo enquanto prática de Estado, que conseqüentemente, desloca a noção de governar do campo institucional, o que possibilita, apreender as práticas de gestão, das populações e dos espaços, produzidas e redefinidas nas margens, de modo que o autor vai comentar que “[...]a finalidade do governo está nas coisas que ele dirige; ela deve ser buscada na perfeição, na maxificação ou na intensificação dos processos que ele dirige, e os instrumentos do governo, em vez de serem leis, vão ser diversas táticas.”(FOUCAULT, p.132).

produzir diferenciações, operações que fundamentam as dinâmicas atuais no bairro, perpassa pelo cálculo dessa forma específica do poder, o governo¹⁶.

Nas discussões sobre o urbano e a cidade, o conceito de margem tem sido mobilizado para interpretação de fenômenos diversos. O antropólogo Michel Agier (2015) reflete a condição precária de diversas formas de habitações¹⁷ no sul e norte global, mobilizando a noção de margem¹⁸. No contexto estudado, dialogo com a perspectiva da periferia enquanto margem da cidade de modo que esta condição é atravessada por redefinições constantes das relações de poder, alterando de forma significativa as dinâmicas da cidade, suas formas e modos de gerir.

Essa perspectiva possibilita deslocar o sentido de margem de uma percepção centrada na dimensão geográfica - correndo o risco de uma análise estática- e compreender as margens das cidades como margem da participação política na sociedade. (FELTRAN, 2010). Nesses termos, as populações localizadas nas margens da cidade (lê-se também do Estado e daqueles que disputam o poder de legislar) tencionam, constantemente, formas novas de colocar-se na arena pública e, também, articulam ações coletivas que deslocam o sentido de *política* do campo institucional e insere nos jogos de conflitos mais amplo, desencadeando possibilidades de manutenção e transformação da realidade social (FELTRAN, 2010).

Dessa forma, mobilizo a compreensão de margem proposta por Das e Polle (2008) no sentido de compreendermos que as margens urbanas não se apresenta como o outro da cidade, mas, sim, lugar de manifestação das redefinições dos modos de governar, que produzem, constantemente, fronteiras cada vez mais móveis, de modo que partir dessa noção, implica em:

Entender os modos como são fabricados os próprios sentidos de ordem, de lei e justiça, justamente nos nexos que articulam violência e ordem, lei e vida nua, em um campo de disputa no qual o Estado se faz e refaz em interação com

¹⁶ Numa dimensão mais operatória da noção, governo pode ser compreendido como "[...] uma certa forma de buscar a realização de fins sociais e políticos através da ação, de uma maneira calculada, sobre as forças, atividades e relações dos indivíduos que constituem uma população". (ROSE, 1988, p. 5).

¹⁷ Mike Davis (2017) vai registrar os avanços da forma-favela de ocupação da cidade que marca presença numa grande parte das franjas urbanas no mundo, produzida em grande medida pelo modelo econômico global, mas também atravessadas pelas heranças do colonialismo, de conflitos étnicos, raciais, culturais e em outros marcadores de que promova a desigualdade nas condições de habitação da cidade. Vale pontuar que a forma-favela é múltipla, de modo que as experiências de habitação são produzidas de formas diversas.

¹⁸ Agier vai considerar “[...] não a margem como fato social, geográfico ou cultural, mas a margem como posição epistemológica e política: apreender o limite do que existe — e que existe sob a aparência oficial e afirmada do realizado, do estabelecido, do ordenado, central e dominante[...]” (AGIER, 2015, p. 487).

outros modos de regulação ancorados nas formas de vida. (TELLES, 2013, p. 364).

Com base na discussão conceitual desenvolvida até aqui é possível afirmar que as margens da cidade, em diversas oportunidades, são apresentadas como sinônimo de ausência, sobretudo do Estado, onde, como decorrência, brota pobreza e violência. No decorrer do trabalho, no entanto, é viável apreender como transformações de ordem diversas, como a melhoria da infraestrutura urbana, o fortalecimento do comércio local¹⁹ e a intensificação do conflito armado, produzem novos modos de controlar e gerir o bairro. Vale destacar que essas transformações são produzidas e acessadas de formas desiguais na dinâmica do bairro.

Nesse contexto, a fim de oferecer subsídios a partir dos produtos do campo para questão colocada no início da pesquisa, cabe pontuar que o campo aqui investigado figura, junto a outros bairros, no radar de produção do urbano, onde equipamentos de uso coletivo e novas formas de controle e vigilância, que por vezes se combinam, caracterizam a presença do Estado.

Com esse cenário descrito, pontuo duas questões que figuram como produto da presente pesquisa. As transformações urbanas que produziram novos modos de gestão das margens na cidade, ainda, recorrem aos estigmas que formam as representações do bairro, sobretudo imagens ligadas à pobreza e a criminalidade. Como resultado, é possível identificar dinâmicas de supressão das organizações coletivas dos moradores, que possibilitaram a formação do bairro. As representações e narrativas que se sustentam como oficiais ignoram a potência criativa daqueles que ousaram lutar por uma moradia digna. Por último, como questão a ser aprofundada em futuras pesquisas, indico que ao passo que novas formas de controle e gestão são produzidas, emergem, como horizonte de esperança, experiências e movimentos coletivos no bairro que burlam os interesses que visam a uma cidade desigual no acesso e ostensiva no controle e vigilância. Algum desses movimentos resistem e reinventam-se no cenário aqui descrito, possibilitando uma ampla agenda de pesquisa para o futuro.

Considerações parciais

A presente pesquisa possibilitou compreender algumas questões relacionadas às transformações urbanas e gestão da cidade. Com a mobilização das narrativas que

¹⁹ Vide o processo de modificação da principal rua do bairro (Rua alagoas), de caráter residencial para comercial.

produzem representações do bairro no cenário da cidade, foi possível apreender como estas são mobilizadas nesse processo de gestão. No caso do Planalto Pici, foi possível verificar a presença de um conjunto de narrativas oficiais que escondem, das representações do bairro na cidade, a organização e luta dos moradores no processo de formação do bairro.

Ressalto que por meio de uma cartografia do processo de formação foi possível apreender importantes aspectos das transformações urbanas da cidade de Fortaleza e a posição do Planalto Pici nessas dinâmicas, assim como as alterações na forma de gerir as periferias. Por fim, indico que ao passo que esse cenário recrudescer sob as margens, estas fazem emergir alternativas de vivenciar a cidade por meio de sociabilidades coletivas e plurais, como movimentações culturais, esportivas e artísticas, apresentando-se como questões para pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGIER, Michel. (2015), “**Do direito à cidade ao fazer-cidade. O antropólogo, a margem e o centro**”. *Mana*, vol.23, no.3, pp.483-498.

ALVAEREZ, Johnny; PASSOS, Eduardo. **Cartografar é habitar território existencial**. In: *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade/ orgs. Eduardo Passos, Virgínia Kastrup e Liliana da Escóssia*. Porto Alegre: Sulina, 2020. 207 p.

BARREIRA, Irllys Alencar F. **Usos da cidade: conflitos simbólicos em torno da memória e imagem de um bairro**. *Análise Social*. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, ICS, v.42, 2007.

BARROS, Laura Pozzana de; KASTRUP, Virgínia. **Cartografar é acompanhar processos**. In: *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade/ orgs. Eduardo Passos, Virgínia Kastrup e Liliana da Escóssia*. Porto Alegre: Sulina, 2020. 207 p.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CORDEIRO, Graça Índias; COSTA, António Firmino da, 1999. Bairros: contexto e intersecção. In VELHO, Gilberto (org.), *Antropologia urbana. Cultura e sociedade no Brasil e em Portugal*, Rio de Janeiro, Zahar Editor: 58-79

COSTA, Maria Clélia Lustosa. **Capítulos de geografia histórica de Fortaleza**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2017.180 p.

DAS, Veena. POOLE, Deborah. **El Estado y sus márgenes**. *Etnografías comparadas. Revista Académica de Relaciones Internacionales*, núm. 8 junio de 2008.

- DAVIS, Mike. **Planeta favela**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005;
- FELTRAN, Gabriel de Santis. **Margens da política, fronteiras da violência: uma ação coletiva das periferias de São Paulo**. Lua Nova. 2010, n.79, pp.201-233.
- FORTUNA, Carlos. (2009), “**Cidade e urbanidades**” in FORTUNA, Carlos;
- FOUCAULT, Michel. **Ditos & Escritos: VIII Segurança, Penalidade e Prisão**. (Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.
- KASTRUP, Virgínia. **O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo**. In: Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade/ orgs. Eduardo Passos, Virgínia Kastrup e Liliana da Escóssia. Porto Alegre: Sulina, 2020. 207 p.
- MACIEL, Wellington Ricardo Nogueira. **O aeroporto e a cidade: Usos e significados do espaço urbano na Fortaleza turística**. EdUECE, 2010, 220p.
- SALGUEIRO, Pedro. **Pici, dos velhos sítios à periferia**. 2014, Secultfor.
- SAMPAIO, Leonardo. **A história do Pici**. 2007. Acessado em: <<http://leonardofsampaio.blogspot.com/2007/12/histria-do-pici.html>>. Secretaria de desenvolvimento econômico(SDE). “**Desenvolvimento Humano, por bairro, em Fortaleza**”, 2014. Disponível em: <http://salasituacional.fortaleza.ce.gov.br:8081/acervo>. Acessado em: 08/2021.
- SILVA, José Borzacchiello da. Quando os incomodados não se retiram: Uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza. Fortaleza: Multigraf Editora, 1992. 192 p.
- TELLES, Vera da Silva. **Cidade: produção de espaços, formas de controle e conflitos**. Revista de ciências sociais, Fortaleza, v.46, n.1, jan/jun,2015, p.15-41.